



# **Relatório Anual de Atividades – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais 2021**

Belo Horizonte  
Abril de 2022



## CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE MINAS GERAIS

### **Ministério Público de Minas Gerais**

Francisco Ângelo Silva Assis

André Sperling Prado

### **Defensoria Pública de Minas Gerais**

Maria Auxiliadora Viana Pinto

Aylton Rodrigues Magalhães

### **Assembleia Legislativa de Minas Gerais**

Dep. Andréia de Jesus Silva

### **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social**

#### **Subsec. de Direitos Humanos**

Caroline Cunha Rodrigues

Juliana de Melo Cordeiro

#### **Subsec. de Trabalho e Assistência Social**

Michele de Souza Richard

Amanda Siqueira Carvalho

#### **Subsec. de Esportes**

Fernanda Aguilar Ferreira Alonso

Luana Polito Ayub Caldeira

#### **Subsec. de Políticas sobre Drogas**

Diego Gonçalves de Souza

### **Secretaria de Estado de Educação**

Luciana Ferreira Perônico

### **Secretaria de Estado de Saúde**

Luisa Azeredo Silveira

Marilene Pereira de Sousa

### **Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública**

Marcelina Martins Alvez

Nayanne Sthefanie Gonçalves Amaral

### **Advocacia-Geral do Estado**

Tatiana Sales Cúrcio Ferreira

Ana Sílvia Lima Azevedo

### **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais**

Anna Karla Ribeiro Silva

Cristina Fontes Araújo Viana

### **Polícia Civil de Minas Gerais**

Renata Oliveira Lima

Renata Ribeiro Fagundes

### **Polícia Militar de Minas Gerais**

Jane de Oliveira Barreto Calixto

Ana Carolina Ferreira Magalhães

### **Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais**

Laila Ester Magalhães de Oliveira Medeiros

Ellen Campos Goulart Pereira

### **Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais**

Valdênia Geralda de Carvalho

Guilherme Augusto Portugal Braga

### **Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**

Robson Sávio Reis Souza

Ary Fernando Rodrigues Nascimento

### **Universidade Federal de Minas Gerais**

Fernando Gonzaga Jayme

Renata Guimarães Pompeu

### **Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte**

Liliana Daniela dos Anjos

Cirlene Lima Ferreira

### **Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais**

Carlos Magno Silva Fonseca

### **Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino**

Cristina Del Papa

Maurício Vieira Gomes da Silva

### **Comissão da Verdade dos Trabalhadores e do Movimento Sindical em Minas Gerais**

Everson de Alcântara Tardeli

Gildásio Westin Cosenza

### **Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais**

Walkíria Gomes

Rany Mercês

### **União da Juventude Socialista**

Thiago Santos Lima

**Presidência** Robson Sávio Reis Souza

**Secretaria Executiva** Tânia Mara Mendes Farnese, Adriana de Souza, Shelen Rodrigues Sudario da Silva, Lucilene Aparecida Soares e Marisa Silva Rocha.

**Endereço:** Avenida Amazonas, 558 – Edifício Lutetia, 3º andar | CEP 30180-001 | Belo Horizonte, MG

**Telefone:** (31) 3270-3280 | **E-mail:** conedh@social.mg.gov.br

<http://conselhos.social.mg.gov.br/conedh> | <http://www.facebook.com/conedhminasgerais>

## 1 CONTEXTO DE FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CONEDH foi criado pela [Lei nº 9.516/1987](#) e regulamentado pelo [Decreto nº 32.880/1991](#), sendo regido internamente pelo [Decreto nº 35.661/1994](#) e vinculado administrativamente à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE. Atualmente, o CONEDH é composto por 25 (vinte e cinco) integrantes de órgãos e instituições do Poder Público e de entidades da sociedade civil, sendo:

### Poder Público (16)

- Dois representantes da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais;
- Um representante da Defensoria Pública de Minas Gerais;
- Um representante do Ministério Público de Minas Gerais, por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário;
- Um representante da Subsecretaria de Direitos Humanos da SEDESE;
- Um representante da Subsecretaria de Trabalho e Assistência Social da SEDESE;
- Um representante da Subsecretaria de Esportes da SEDESE;
- Um representante da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas da SEDESE;
- Um representante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública;
- Um representante da Secretaria de Estado de Educação;
- Um representante da Secretaria de Estado de Saúde;
- Um representante da Advocacia-Geral do Estado;
- Um representante da Polícia Militar de Minas Gerais;
- Um representante da Polícia Civil de Minas Gerais;
- Um representante do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais;
- Um representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais.

### Sociedade Civil (09)

- Um representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais;
- Um representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas Gerais;
- Um representante da Universidade Federal de Minas Gerais;
- Um representante da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais;
- Um representante de entidade legalmente reconhecida, voltada à defesa do direito à liberdade de orientação sexual, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.170/2002;
- Um representante da Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte;
- Três representantes de entidades com efetivo trabalho na defesa dos direitos humanos.

Em 2021, o CONEDH realizou suas reuniões ordinárias virtualmente e a Secretaria Executiva continuou a atuar em regime especial de teletrabalho, em conformidade à Deliberação Extraordinária do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 02, de 16/03/2020. Além da realização das

plenárias de forma remota, foram disponibilizados os atendimentos telefônico e virtual (e-mail) ao público, com vista a possibilitar a manutenção das atividades do Conselho em meio à pandemia.

A atuação deste Conselho, por meio de seus conselheiros e suas conselheiras, deu continuidade ao plano de trabalho elaborado e aprovado em 2020, então composto por 11 (onze) eixos temáticos. Assim, este relatório abrange atividades relacionadas aos seguintes temas:

- Eixo 1: Universidades;
- Eixo 2: Memória e verdade;
- Eixo 3: Desarmamento;
- Eixo 4: Direito Penal, prisões e polícia;
- Eixo 5: Equidade de gênero e diversidade sexual;
- Eixo 6: Participação social;
- Eixo 7: Monitoramento de violações de direitos humanos;
- Eixo 8: Direito à água como direito humano - mineração e barragens;
- Eixo 10: Educação e cultura;
- Eixo 11: Comunicação CONEDH.

O CONEDH se reuniu em 11 (onze) reuniões ordinárias ou sessões plenárias, realizadas de fevereiro a dezembro de 2021. O quadro abaixo contém os registros da participação de representantes titulares ou suplentes, após o respectivo ato de nomeação:

<b>Data da Reunião Ordinária</b>	<b>Formato</b>	<b>Sociedade Civil</b>	<b>Poder Público</b>	<b>Total</b>
Janeiro	Remoto	N/A	N/A	N/A
10/02/2021	Remoto	6	7	13
10/03/2021	Remoto	6	5	11
14/04/2021	Remoto	6	7	13
12/05/2021	Remoto	4	8	12
09/06/2021	Remoto	6	11	17
14/07/2021	Remoto	6	10	16
11/08/2021	Remoto	6	8	14
<a href="#">08/09/2021</a>	Remoto	4	8	12
<a href="#">13/10/2021</a>	Remoto	4	7	11
<a href="#">10/11/2021</a>	Remoto	6	9	15
<a href="#">10/12/2021</a>	Presencial	6	5	11

## **2 MEMÓRIA DE PAUTAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS**

### **Fevereiro:**

1. Retomada da discussão sobre alterações nas atas;
2. Aprovação da ata de reunião;
3. Informes sobre atividades/demandas do Conselho no mês de janeiro;
4. Situação carcerária no estado;
5. Sugestões de prioridades de ação do Conselho neste ano;
6. Informes:
  - 6.1. Solicitação junto à Sedese de operador do direito para Conselho;
  - 6.2. Outros Informes.

### **Março:**

1. Aprovação das atas de reunião: dezembro e fevereiro;
2. Análise eventual recomposição das Comissões do Conselho;
3. Avaliação do plano de ação de 2020;
4. Informes:
  - 4.1. Denúncias recebidas e encaminhadas em fevereiro;
  - 4.2. Situação Sistema prisional;
  - 4.3. Informes de questões administrativas;
  - 4.4. Outros informes.

### **Abril:**

1. Aprovação de atas pendentes;
2. Breve relato das principais denúncias recebidas e encaminhamentos realizados no mês de março;
3. Informes:
  - 3.1. Da representação do CONEDH no PROVITA;
  - 3.2. Das Comissões do Conselho e equipes responsáveis pelo planejamento de 2020;
  - 3.3. Da reunião com a direção do CONEPIR;
  - 3.4. Outros informes;
4. Pendências nas representações de instituições que compõem o Conselho, especialmente MP e ALMG.

### **Mai:**

1. Aprovação de atas;
2. Aprovação do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos;
3. CEIVIT;
4. Informes:
  - 4.1. Das atividades do Conselho no mês de abril;

- 4.2. Das Comissões e Grupos de Trabalho do Conselho;
- 4.3. Sobre sistema prisional.
5. Outros informes e comunicados.

**Junho:**

1. Aprovação ata de maio 2021;
2. Informes:
  - 2.1. Sobre reunião do Conselho Nacional de Direitos Humanos;
  - 2.2. Representação do CONEDH no Pacto Nacional de Direitos Humanos;
  - 2.3. Sobre denúncias recebidas e acompanhadas pelo Conselho;
  - 2.4. Sobre fluxo de demandas/denúncias durante pandemia (considerando publicação da resolução do Conselho);
  - 2.5. Sobre publicações com nomeação de conselheiros/as (Ministério Público: Dr. Francisco Ângelo e Dr. André, ALMG: Dep. Andréia de Jesus);
  - 2.6. De comissões e grupos de trabalho do Conselho;
3. Outras comunicações.

**Julho:**

1. Aprovação da ata do mês de junho;
2. Nomeações/Substituições de Conselheiros (as);
3. Consulta do CNDH: composição de Resolução Conjunta para fortalecimento dos Conselhos de Direitos Humanos;
4. Informes da CEIVIT;
5. Ofício do Subsecretário de Direitos Humanos;
6. Relato de atividades do Conselho no mês de junho;
7. Plantão no Conselho no período de 15 a 31 de julho;
8. Documento de apoio audiência pública do Memorial Hamilton de Moura;
9. Outros informes e comunicações.

**Agosto:**

1. Aprovação da Ata do mês de julho;
2. Informes:
  - 2.1. Comissão Especial de Indenização às Vítimas de Tortura;
  - 2.2. Sistema prisional - Operação "Panóptico" de combate à corrupção;
  - 2.3. Resposta da SES sobre situação da vacinação de grupos vulneráveis da Covid-19;
  - 2.4. Síntese das atividades do Conselho no período entre 14/07 e 11/08;
3. Encaminhamentos do Conselho sobre recursos da VALE (definidos na última plenária);
4. Outros informes.

**Setembro:**

1. Aprovação da ata de agosto;
2. Informes:

- 2.1. Comissões do Conselho;
- 2.2. Demandas e encaminhamentos no período entre 11/08 e 08/09;
- 2.3. Reunião interconselhos promovida pela SEDESE;
- 2.4. Reunião CNDH sobre questão Quilombola;
- 2.5. Sistema prisional;
3. Política Estadual de Direito à Memória e Verdade: Memorial de Direitos Humanos e recursos para CEIVIT;
4. Outros Informes e comunicados.

#### **Outubro:**

1. Informes:
  - 1.1. Comissão Especial de Indenização às Vítimas de Tortura;
  - 1.2. Reunião realizada no dia 10/09 sobre Regularização Fundiária em Comunidades Quilombolas de MG;
  - 1.3. Participação do CONEDH na reunião do CNDH;
  - 1.4. Visita ao Memorial;
  - 1.5. Síntese das atividades do Conselho no período de 08/09 a 13/10.

#### **Novembro:**

1. Informes sobre atividades da Semana de Direitos Humanos: Visita ao Memorial de Direitos Humanos e outras possíveis atividades;
  - 1.1. Tentativas do Conselho de participação no PPAG/ALMG;
2. Informe sobre reunião com o Subsecretário de Direitos Humanos: Memorial Direitos Humanos, CEIVIT, recomposição de funcionários do Conselho;
3. Informes das principais demandas recebidas pelo Conselho no período de 13/10 e 10/11:
  - Episódio de Varginha;
  - Episódio de Itabira;
  - Denúncias encaminhadas por policiais ao Conselho.

#### **Dezembro<sup>1</sup>**

1. Aprovação ata;
2. Posse da conselheira Maria Auxiliadora Viana Pinto– Defensoria Pública;
3. Informes CEIVIT;
4. Relatório anual Conedh;
5. Informes sobre atividades realizadas;
6. Plantão no período entre 20 de dezembro e 31 de janeiro;
7. Visita guiada às instalações do prédio do futuro Memorial de Direitos Humanos;
8. Manifesto em defesa do Memorial de Direitos Humanos.

---

<sup>1</sup> Reunião ordinária realizada presencialmente no Memorial de Direitos Humanos, situado na Av. Afonso Pena, 2.351, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

### 3 MEMÓRIA DE PUBLICAÇÕES E MANIFESTAÇÕES DO CONEDH

- [Relatório Síntese](#) das Denúncias de Violações de Direitos Humanos no Sistema Prisional
- [Nota de Repúdio](#) - Vereadora Cida São Tiago - CONEDH/MG – 25/03/2021;
- [Ofício Conjunto](#) CONEDH, Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz e Academia de Juristas Católicos Humanistas – 26/03/2021;
- [Nota de repúdio](#) à violência política – 10/06/2021;
- [Nota](#) de solidariedade ao Povo Xacriabá – 24/06/2021;
- [Nota](#) sobre evento em Araçatuba (SP) – 01/09/2021;
- [Nota](#) de solidariedade à dep. Andréia de Jesus – 11/11/2021;
- [Deliberação CONEDH nº 001/2021](#) – Regulamenta o fluxo de apuração e de providências a serem tomadas referentes a assuntos submetidos ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – Jornal Minas Gerais, 16/09/2021;
- [Nota](#) sobre assédio e importunação sexual em estádios de futebol – 30/11/2021;
- [Vídeo](#) de ato simbólico de lançamento do Manifesto em Defesa do Memorial de Direitos Humanos de Minas Gerais – 10/12//2021.

### 4 MEMÓRIA DE ATIVIDADES

#### 4.1 Atuação em rede: participação em eventos e mobilizações

Dos eventos e demais mobilizações que contaram com representação do CONEDH, por meio da participação de conselheiras(os), cabe citar:

- Encontro Nacional da Rede de Conselhos de Direitos Humanos e Reuniões Ampliada dos Conselhos Estaduais, Distrital e Nacional de Direitos Humanos, eventos organizados pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH;
- Reunião de escuta das comunidades tradicionais Geraizeiras do Vale das Cancelas, Minas Gerais, realizada em 25/11/2021;
- Audiência pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em homenagem ao sindicalista Hamilton Moura, realizada em 29/09/2021;
- Reunião com quilombolas, realizada em 10/09/2021.
- Reunião na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com a dep. Andréia de Jesus e sua assessoria, realizada em 25/11/2021.

## 4.2 Defesa dos direitos fundamentais das pessoas em privação de liberdade

As condições de privação de liberdade e de acesso à justiça no estado de Minas Gerais permeiam, centralmente, os casos de denúncias e comunicações de violações de direitos que são acolhidos pelo CONEDH. Neste sentido, cabe frisar que aos membros do Conselho é assegurado o livre acesso a estabelecimentos penais, mediante prévia comunicação à autoridade responsável (Art. 2º, Inciso II, Alínea "a", da [Lei nº 13.955/2001](#)), e o inciso I do art. 2º do Decreto nº 35.661/1994 determina que compete ao Conselho:

I - receber representação que contenha denúncia de violação dos direitos humanos, apurar sua veracidade e procedência e notificar às autoridades competentes sobre a coação, no sentido de fazerem cessar os abusos praticados por particular ou por servidor público;

No período de março de 2020 a meados de 2021, o CONEDH manteve atividades para o monitoramento remoto da situação em espaços de privação de liberdade e, sempre que necessário, acionou autoridades competentes para o encaminhamento de casos de violações de direitos. A partir de junho de 2021, foram realizadas visitas in loco e reuniões de articulação, em vista das questões prementes e sérias que as unidades prisionais apresentavam, principalmente, decorrentes da condição de isolamento social das pessoas privadas de liberdade.

O atendimento presencial a pessoas privadas de liberdade, ou seus familiares, e o acompanhamento de atividades internas visando a minorar as situações pandêmicas também foi efetuado. E continua sendo realizado neste ano de 2022.

Adicionalmente, em 2021 foram realizadas outras atividades voltadas à defesa dos direitos das pessoas em privação de liberdade. Cita-se:

- Apresentação de recomendação aos secretários de Estado de Justiça e Segurança Pública e de Saúde, mostrando a necessidade de vacinação o quanto antes das pessoas privadas de liberdade, adultas, respeitando-se e fundamentando-se no Programa Nacional de Imunizações.
- Atendimento a denúncias relativas a violações de direitos humanos recebidas, trabalhadas pela representante titular da Defensoria Pública ou encaminhadas, quando por ser mais eficiente, à Defensora ou Defensor Público na comarca onde a pessoa privada de liberdade cumpre pena.
- Apresentação de Estudo sobre o Sistema Prisional e o Policial Penal nos termos constitucionais.
- Apresentação de pareceres por designação de atuação naquela atividade.
- Apresentação de emenda relativa ao sistema prisional na ALMG.

### 4.3 Contribuições para o fortalecimento dos programas de proteção

Parceiro histórico dos programas de proteção em Minas Gerais, o CONEDH compõe os conselhos deliberativos do [Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas – PPDDH](#) e do [Programa de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA](#).

Ao longo de 2021, a atuação do CONEDH nestas importantes instâncias se deu por meio da participação de representantes nas reuniões ordinárias, realizadas mensalmente, e de outras formas de contribuição contínua. No âmbito do Conselho Deliberativo – CONDEL<sup>2</sup> do PPDDH, por exemplo, destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas:

- Apreciação, discussão e deliberação dos casos apresentados por meio de Relatórios Técnicos de Acompanhamento de casos atendidos pelo PPDDH;
- Participação nas reuniões extraordinárias de acompanhamento de casos de defensores de direitos humanos incluídos no PPDDH;
- Deliberação sobre a inclusão de defensor com base no parecer interdisciplinar elaborado pela Equipe Técnica do PPDDH/MG;
- Deliberação sobre a exclusão de defensor, após apreciação de parecer interdisciplinar emitido pela Equipe Técnica do Programa, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- Deliberação sobre ajuda de custo aos defensores incluídos no Programa de Proteção aos defensores de Direitos Humanos;
- Homologação de desligamento em razão de afastamento voluntário do PPDDH pelo defensor;
- Deliberação sobre pedido de transferência de defensor do local em que reside, para outro local dentro do Estado ou, quando necessário, para outro Estado da Federação que preferencialmente execute o programa de proteção, após as articulações necessárias;
- Deliberação, mediante demanda apresentada pela Equipe Técnica, acerca de providências a serem adotadas pelo Programa, buscando garantir o binômio publicização/proteção do defensor;
- Auxílio à equipe técnica no monitoramento dos andamentos dos inquéritos e ações penais relacionados ao defensor, cuja proteção tenha sido deferida, zelando pela agilização processual no que couber;
- Articulação e interlocução com órgãos do Sistema de Justiça Criminal acerca de Defensores de Direitos Humanos incluídos no PPDDH.

---

<sup>2</sup> O Conselho Deliberativo do PPDDH é regido pelas disposições da Resolução 53/144 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 09 de dezembro de 1998, pelo Decreto Federal nº 6.044/2007, pela Lei Estadual nº 21.264/2014, pelo Decreto Estadual nº 47.009/2016, pelo Decreto Federal nº 9.937 de 24 de julho de 2019 e pelas normas específicas constantes do Regimento Interno do Programa.

- Reunião com a Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais para discutir questões relativas ao Acampamento Arco íris, localizado em Gurinhatã, no Triângulo Mineiro;
- Atendimento personalizado e viabilização de defesa técnica a Defensores de Direitos Humanos incluídos no PPDDH; e
- Participação, como membro avaliadora, no Processo Seletivo realizado pelo Instituto de Direitos Humanos – Instituto DH, Edital 001/201, com vistas à seleção para preenchimento de vagas dos cargos de Técnico de Nível Superior na Área de Ciências Humanas e/ou Sociais, Técnico de Nível Superior na Área de Comunicação Social e Técnico de Nível Médio Apoio/Motorista para atuar no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos de Minas Gerais.

#### **4.4 Reativação da Comissão Especial de Indenização às Vítimas de Tortura**

Após o CONEDH envidar esforços junto aos órgãos do Executivo Estadual para a recomposição da Comissão Especial de Indenização às Vítimas de Tortura – CEIVIT, que encontrava-se inativa desde a Gestão anterior, foi publicado o ato de designação de seus membros no Jornal Minas Gerais, em 12/06/2021. Esta Comissão Especial foi instalada para atender à Lei nº 13.187/1999, que determina o pagamento de indenização à vítima de tortura praticada por agente de Estado, em razão de participação em atividades políticas no período de 02/09/1961 a 15/08/1979, que não tenha resultado em morte.

Conforme o art. 4º do Decreto nº 41.239/2000, que regulamenta a CEIVIT, a Comissão deve ser composta por sete membros designados pelo Governador do Estado, sendo seis escolhidos entre os integrantes do CONEDH, e um, com a função de coordenador, indicado pela Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese). A atual composição reúne sete conselheiras e conselheiros que representam, além da Subsecretaria de Direitos Humanos, a Defensoria Pública de Minas Gerais, a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, a Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais – OAB-MG, a Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte, a Comissão da Verdade dos Trabalhadores e do Movimento Sindical em Minas Gerais – COVET-MG e o Ministério Público de Minas Gerais – MPMG<sup>3</sup>.

Na semana em que é celebrado o Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura (26 de junho), houve a retomada das atividades com a realização da primeira reunião de trabalho da Comissão, então ocorrida em 23/06/2021. Em seguida, houve a distribuição de processos aos relatores e a coordenação da CEIVIT concentrou esforços no levantamento e na sistematização

---

<sup>3</sup> Ato de nomeação de representante do MPMG foi publicado em 02/04/2022, no Jornal Minas Gerais.

de dados de todos os processos físicos armazenados na sede do CONEDH, os quais foram protocolados no período de 1999 a 2011.

Em 10/12/2021, Dia Internacional dos Direitos Humanos, o CONEDH realizou a primeira reunião deliberativa da CEIVIT no prédio que sediou o extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), centro de detenção e tortura no período da Ditadura Militar. Atualmente, o prédio está destinado à instalação do Memorial de Direitos Humanos de Minas Gerais, projeto conduzido pela Sedese.

A pauta da reunião deliberativa concentrou-se na análise de relatórios emitidos e na respectiva apreciação de requerimentos de indenização protocolados por vítimas de tortura, seus familiares ou representantes. Na ocasião, a CEIVIT deliberou à unanimidade pelo deferimento dos requerimentos de indenização correspondentes aos processos nº 37 (Vítima: Aloísio Vieira), nº 08 (Vítima: Antonio Francisco Parentes Fortes), nº 39 (Vítima: Azarias Duarte Soares Souza Lima), nº 26 (Vítima: Carmem Lúcia do Amaral), nº 746 (Vítima: José Carlos Laender Castro), nº 931 (Vítima: Renato Ribeiro), nº 01 (Vítima: Pitágoras de Oliveira Machado), nº 31 (Vítima: Catarina Maria Barros), nº 237 (Vítima: Luiz Clemente Pereira).

Nesta mesma reunião, os processos nº 841 (Vítima: Jairo Motta Hosken) e nº 05 (Vítima: Mauro Carvalho Esquerdo) foram retirados de pauta para saneamento de inconsistências no relatório. Ademais, a CEIVIT deliberou à unanimidade pela redistribuição dos seguintes processos para reavaliação e nova emissão de parecer: nº 100 (Vítima: Lucy Panicali), nº 430 (Vítima: Pedro Carlos Garcia Costa), nº 754 (Vítima: José Raimundo da Silva), nº 473 (Vítima: Moacir Rodrigues Aguiar), nº 794 (Vítima: João Bosco da Fonseca Ferreira Carneiro), nº 104 (Vítima: Márcio Sanna Pinto), nº 503 (Vítima: Marlene Rodrigues de Paula), nº 785 (Vítima: José Félix de Souza Sobrinho), nº 485 (Vítima: Paulo Armani de Souza), nº 235 (Vítima: Otaviano Batista Duarte), nº 555 (Vítima: Maria Clotilde Vieira Ayer Quintels), nº 211 (Vítima: Antônio José Sulz).

Na expectativa de realização de outras reuniões deliberativas neste imóvel endereçado à Av. Afonso Pena, 2.351, os membros da CEIVIT estão empenhados em cumprir o papel simbólico e histórico de ocupar o local que, anteriormente, foi utilizado pelo aparato repressivo, com atividades voltadas às medidas de reparação e reconhecimento do Estado sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período especificado em Lei.



Sr. conselheiro Everson de Alcântara Tardeli (COVET-MG), sra. conselheira Maria Auxiliadora Viana Pinto (Defensoria Pública), sra. conselheira Valdênia Geralda de Carvalho (OAB-MG) e sr. conselheiro Fernando Gonzaga Jayme (UFMG), durante a reunião deliberativa da CEIVIT.



Sra. conselheira Cirlene Lima Ferreira (Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte), em participação remota na reunião deliberativa da CEIVIT.

Fotos: Caroline Cunha Rodrigues (SEDESE).

#### 4.5 Visita ao Memorial de Direitos Humanos e lançamento de manifesto

Para marcar o Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado em 10 de dezembro, o CONEDH organizou um conjunto de atividades no prédio destinado ao Memorial de Direitos Humanos. Além da reunião deliberativa da CEIVIT, abordada na seção anterior deste Relatório, o Conselho realizou sua reunião ordinária na sala do antigo auditório do DOPS e fez uma visita guiada às instalações do lugar de memória.

A programação terminou na realização de [ato simbólico](#) de lançamento do [Manifesto em Defesa do Memorial de Direitos Humanos de Minas Gerais](#), que contou com a participação de integrantes do Conselho e de ex-presos políticos na leitura conjunta do documento.



Conselheiras e conselheiros em reunião ordinária realizada na sala do antigo auditório do DOPS.  
Foto: Shelen Sudario (SEDESE).



Sr. conselheiro Robson Sávio Reis Souza (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), presidente do CONEDH.



Sr. conselheiro Ary Fernando Rodrigues Nascimento (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) e sr. conselheiro Estevão de Almeida Vilela (Secretaria de Estado de Educação).



Sr. conselheiro Everson de Alcântara Tardeli (COVET-MG) e sra. conselheira Maria Auxiliadora Viana Pinto (Defensoria Pública).



Sra. conselheira Marcelina Martins Alvez (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública) e sra. conselheira Liliam Daniela dos Anjos (Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte).



Sra. conselheira Valdênia Geralda de Carvalho (OAB-MG) e sra. conselheira dep. Andréia de Jesus (Assembleia Legislativa de Minas Gerais).



Sr. conselheiro Mauricio Vieira Gomes da Silva (Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino).



Conselheiras e conselheiros conhecem a carceragem do antigo DOPS, em visita guiada com a museóloga Pauline Louise Araújo Silva (SEDESE).

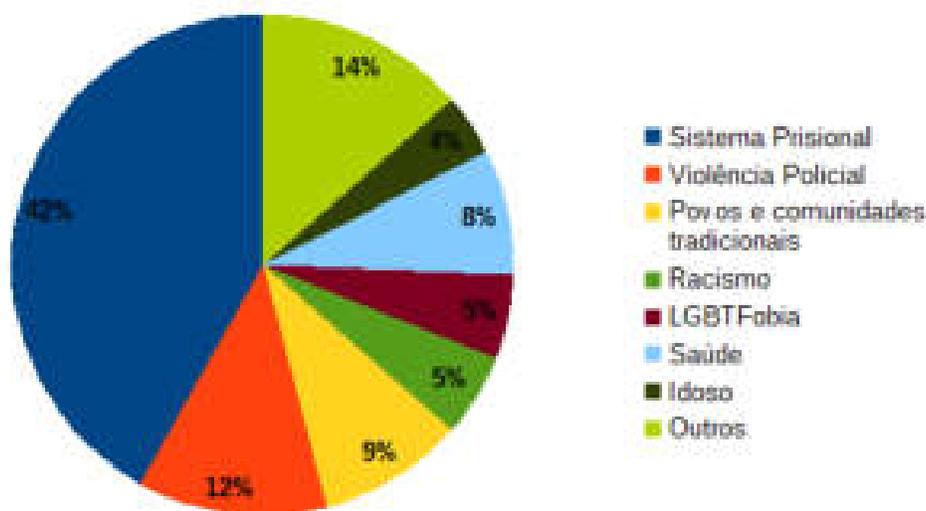


Conselheiras e conselheiros ouvem o relato de Carlos Magno Machado, ex-presos político.

Fotos da página 14 à página 17: Caroline Cunha Rodrigues (SEDESE).

## 5 DENÚNCIAS E COMUNICAÇÕES SOBRE VIOLAÇÕES DE DIREITOS

Ao longo do ano de 2021, o CONEDH realizou o atendimento a 81 denúncias, assim distribuídas.



O Gráfico acima apresentado mostra que o Sistema Prisional segue como um dos principais segmentos de denúncias que chegam ao CONEDH. Ao mesmo tempo, permite observar que o Conselho tem sido ferramenta importante para acolher situação em áreas muito diversificadas de violações de direitos. No quadro abaixo pode-se verificar mais detalhadamente o quantitativo das denúncias recebidas.

Tipo de Denúncia	Total Recebido
Saúde / vacinação COVID-19	06
Violência policial	09
Sistema prisional	31
Racismo	04
LGBTfobia	04
Povos e comunidades tradicionais (comunidades indígenas, quilombolas e ciganas)	07

Denúncia de policiais	06
Violação de direitos com a pessoa idosa	01
Denúncias envolvendo outros Conselhos	01
Denúncias repassadas ao CONEDH para conhecimento e acompanhamento	02
Casos processuais	03
Violação de direitos trabalhistas	03

#### **Situação das Denúncias Recebidas:**

- Denúncias respondidas (parcial, conclusivas ou em andamento) - 53
- Denúncias não respondidas – 16
- Denúncias sem encaminhamentos (em análise e/ou conselheiros não deram encaminhamentos) – 12
- Denúncias realizadas em grupo – 9
- Denúncias que faltaram dados dos demandantes (falta documentação e/ou informação suficiente para a análise do caso) – 2

#### **Forma de Recebimento das Denúncias:**

1. E-mail – 41
2. Conselheiros – 11
3. Conselhos de direitos – 07
4. Assessoria de Monitoramento – 05
5. Mídia – 04 (casos de Varginha, Itabira, Assédio Mineirão, Incêndio Presídio Inspetor José Martinho Drummond)
6. Gabinete de deputadas(os) – 04
7. Carta – 01
8. Disque 100 – 01
9. Fale conosco – 01
10. SEI – 01
11. Processos encerrados no SEI, sem resposta ao CONEDH – 01

#### **Quantidade de Denúncias por Unidade Prisional:**

- P. Nelson Hungria – 5
- P. José Martinho Drummond – 4
- P. José Maria Alkimin – 4
- Ceresp Gameleira – 2
- P. Antônio Dutra Ladeira – 2
- P. São Joaquim Bicas – 2

- P. Unaí – 2
- PPP 3 – 2
- PPP 2 – 1
- PPP 1 – 1
- P. Juatuba – 2
- P. Formiga – 1
- P. Sete Lagoas – 1
- P. Peçanha – 1
- P. São Sebastião do Paraíso – 1
- Socioeducativo São Benedito – 1

- P. Francisco Sá – 1
- P. Cel. Fabriciano e Timóteo – 1
- P. Jacy de Assis(Uberlândia) – 1
- P. Santa Luzia – 1
- P. Pedro Leopoldo – 1

**Total de unidades prisionais:** 37, sendo que 01 denúncia engloba 06 unidades prisionais.

#### **Destinatários de Encaminhamentos:**

- Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) – 10
- Departamento Penitenciário de Minas Gerais (DEPEN/SEJUSP) – 09
  - Diretoria P. Dutra Ladeira – 01
  - Diretoria P. São Joaquim Bicas – 01
  - Diretoria P. Juatuba – 01
  - Diretoria P. Francisco Sá – 01
  - Diretoria P. José Maria Alkimin – 01
  - Outros – 04
- Conselho Consultivo CPPP – 01
- Ouvidoria-Geral do Estado – 02
  - Ouvidoria de Polícia – 01
  - Ouvidoria do Sistema Penitenciário – 01
- Advocacia-Geral do Estado – 01
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) – 01
  - Subsecretaria de Direitos Humanos – 01
- Secretaria de Estado de Saúde – 03
- Assembleia Legislativa – 17
  - Presidência – 01
  - Comissão de Direitos Humanos – 16
- Ministério Público Federal – 02
- Ministério Público do Trabalho – 01
- Ministério Público de Minas Gerais – 45
  - CAODH – 25
  - Coordenadoria de Combate ao Racismo e Todas as Formas Discriminação (CCRAD/CAODH) – 08
  - CAOSAUDE – 01
  - CAOCRIM – 01
  - Promotoria de Justiça Peçanha – 01
  - Promotoria de Justiça Ponte Nova – 02
  - Promotoria de Justiça Formiga – 01
  - Promotoria de Justiça Ribeirão das Neves – 02
  - Promotoria de Justiça Matias Barbosa – 01
  - Promotoria de Justiça Bonfinópolis – 01
  - Promotoria de Justiça Juatuba – 01
  - Promotoria Idoso – 01
- Defensoria Pública – 06
  - DP Ribeirão das Neves – 02
  - DP Núcleo DH – 01
  - DP São Tiago – 01
  - Outros – 02
- Polícia Militar de Minas Gerais – 04
  - Comandante – 02
  - Regional Passos – 01
  - Corregedoria – 01
- Polícia Civil de Minas Gerais – 08
  - Delegacia Especializada de Investigação de Crimes de Racismo, Xenofobia, LGBTfobia – 04
  - Delegacia do Idoso – 01
  - Polícia Civil Poços de Caldas – 01
  - Polícia Civil São Tiago – 01
  - Outros – 01

- Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG – 01
- Câmara Municipal de São Tiago – 01
- Secretaria Municipal de Saúde de São José do Jacuri – 01
- Prefeitura de Belo Horizonte – 02
- Subsecretaria de Assistência Social – 01
- Outros – 01
- Conselho Estadual do Idoso – 01
- Conselho Estadual de Saúde – 01
- Conselho Regional de Medicina – 01
- Instituto DH – 1
- Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados – 01

**Total de encaminhamentos:** 120 (cada denúncia pode ter 01 ou mais encaminhamentos).

#### **Origem das Respostas aos Encaminhamentos do CONEDH:**

- SEJUSP (secretário de Estado) – 09
- DEPEN – 02
- Dir. P. Nelson Hungria – 03
- Dir. P. Francisco Sá – 01
- Dir. P. São Joaquim de Bicas – 01
- Dir. P. Juatuba – 01
- Dir. P. Antônio Dutra Ladeira – 01
- Dir. 2º RISP/SEJUSP – 01
- Dir. PPP 2 – 01
- SES – 03
- CONEPIR – 01
- Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa – 02
- Polícia Militar de Minas Gerais – 01
- Polícia Civil de Minas Gerais – 01
- Polícia Civil Poços de Caldas – 01
- Ouvidoria-Geral do Estado – 01
- Ouvidoria de Polícia – 03
- Ouvidoria do Sistema Penitenciário – 05
- Promotoria de Justiça Formiga – 01
- Promotoria Peçanha – 01
- CCRAD/MPMG – 02
- CAODH/MPMG – 06
- Promotoria Matias Barbosa – 01
- Promotoria de Justiça Bonfinópolis – 01
- Câmara Municipal de São Tiago – 01
- Prefeitura de Belo Horizonte – 01
- DECRIN – 02
- Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados – 01
- MPT – 01

**Total de respostas recebidas:** 56.